

A CRIANÇA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL E A APRENDIZAGEM DA ESCRITA: UM ESTUDO SOBRE OS PROCESSOS DE ALFABETIZAÇÃO DE ALUNOS QUE FREQUENTAM AS SALAS DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS

Rita de Cassia Cristofoleti¹

Resumo: O estudo apresentado vincula-se à uma pesquisa realizada na Iniciação Científica da Universidade Federal do Espírito Santo² e ao projeto de pesquisa **Educação Inclusiva: um estudo das práticas educativas na escola à luz das contribuições da Perspectiva Histórico-Cultural** sob número de registro de aprovação CAAE 62836116.2.0000.5063 no Comitê de Ética e Pesquisa em seres humanos. O estudo se propôs a pesquisar os processos de alfabetização de alunos com deficiência intelectual que frequentam as salas de recursos multifuncionais (Atendimento Educacional Especializado), de uma escola municipal de São Mateus, ES, tendo como objetivo compreender como a criança com deficiência intelectual significa o mundo e a si mesma através dos processos que envolvem a elaboração e a aprendizagem inicial da escrita. A pesquisa se fundamentou nos estudos da perspectiva Histórico-Cultural desenvolvida por Vigotski (1998, 2001, 2005, 2011), segundo os quais as origens e as explicações do funcionamento psicológico do homem devem ser buscadas nas interações sociais, na medida em que é aí que o indivíduo tem acesso aos instrumentos e aos sistemas de signos que possibilitam o desenvolvimento de formas culturais de atividades e permitem estruturar a realidade, o próprio pensamento e o reconhecimento de si mesmo como pessoa. O método utilizado para a obtenção dos dados foi a pesquisa participante na qual a pesquisadora durante os meses de agosto a dezembro de 2017, observou e interagiu com dois alunos e a professora na sala de recursos multifuncionais de uma escola municipal de São Mateus-ES, sujeitos da pesquisa. Para o registro dos dados, utilizou-se o diário de campo com anotações de falas, gestos, expressões faciais e recursos pedagógicos que eram instaurados nas relações de ensino.

Palavras-chave: Educação especial; alfabetização; deficiência intelectual; aprendizagem e desenvolvimento; sala de recursos.

Um caminho percorrido no estudo da deficiência: contribuições da perspectiva histórico-cultural

A educação especial é uma área de conhecimento que estuda a diversidade humana e analisa os processos de ensino e aprendizagem com a finalidade de oferecer respostas educativas às diferenças constitutivas do ser humano. Refere-se a uma modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. (BRASIL, 2008)

No que se refere aos processos de alfabetização, devemos considerar que os alunos com deficiência possuem possibilidades em aprender os conhecimentos da linguagem escrita desde que sejam possibilitados a eles caminhos alternativos e recursos diferenciados, atendendo a uma prática pedagógica que trabalhe com a diversidade de processos de ensino e de aprendizado.

¹ Doutora em Educação. Professora da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Campus São Mateus. Departamento de Educação e Ciências Humanas. E-mail: ricacri@uol.com.br/rita.cristofoleti@ufes.br.

² A pesquisa realizada na Iniciação Científica intitula-se: **Os processos iniciais de escrita em crianças com deficiência em atendimento nas Salas de Recursos Multifuncionais**.

Segundo Vigotski (2011, p. 866) “[...] ao entrar na cultura, a criança não apenas toma algo dela, adquire algo, incute em si algo de fora, mas também a própria cultura reelabora todo o comportamento natural da criança e refaz de modo novo todo o curso do desenvolvimento”. Assim, podemos considerar que, “a peculiaridade da educação especial está em promover experiências que, por caminhos diferentes, invistam nas mesmas metas gerais, o que é indispensável para o desenvolvimento cultural da criança”. (GÓES, 2002, p. 101)

Considerando-se que o aprendizado se realiza na vida dos seres humanos através de processos educativos, e que os processos educativos acontecem nas várias instituições sociais pelas quais os indivíduos passam ao longo de sua vida, Vigotski (1998) considerou, com especial atenção, as relações escolares. Indo ao encontro das reflexões até aqui elaboradas, Vigotski (2011) nos alerta para o fato de que para ensinar as crianças com deficiência é preciso investir em meios compensatórios. A compensação sociopsicológica se refere à qualidade das relações sociais, sendo que é somente pelo acesso à cultura e às experiências sociais que a deficiência pode ser superada.

Vista como um processo que envolve a interação e a interlocução na sala de aula, a linguagem escrita deve ser experienciada nas suas várias possibilidades. “No movimento das interações sociais, a linguagem se cria, se transforma, se constrói, como conhecimento humano”. (SMOLKA, 2001, p. 45)

Nesse sentido, os procedimentos utilizados para a obtenção dos dados da referida pesquisa foram a observação participante e anotações das práticas educativas e das relações de ensino realizadas nas salas de recursos em diário de campo. O acompanhamento do trabalho realizado pela professora nas salas de recursos, foi feito semanalmente pela pesquisadora na instituição escolar no período de agosto a dezembro de 2017. Acompanhou-se o trabalho pedagógico realizado na sala de recurso com 01 (uma) professora e com 02 (dois) alunos (as) que recebiam acompanhamento pedagógico individual e que estavam em processo de aprendizagem da escrita.

No registro das relações de ensino instauradas na sala de recursos multifuncionais, considerando com Vigotski, que os sentidos produzidos e postos em circulação nas interações dependem dos interlocutores e das condições sociais imediatas e mais amplas em que elas ocorrem, foi dado atenção não apenas aos conteúdos enunciados pelos sujeitos, mas ao jogo interlocutivo em que seus dizeres foram sendo produzidos e singularizados. Assim, considerou-se como dados da pesquisa as falas, gestos e recursos pedagógicos que foram instaurados nas relações de ensino.

Compreendendo Bruno no seu processo de constituição educacional

Bruno,³ aluno de 8 anos de idade, frequentava o 3º ano matutino do ensino fundamental e tinha como laudo médico, deficiências múltiplas, entre elas a deficiência intelectual. Tinha um bom relacionamento com a professora, com os alunos da escola e com os funcionários; algumas vezes era comunicativo, outras vezes ficava quieto nas aulas; algumas vezes o aluno assistia a filmes e vídeos no notebook não correspondentes aos conteúdos da aula; em outros momentos a aula era livre e o aluno escolhia o que queria fazer. As atividades xerocadas e os jogos pedagógicos de madeira eram bastantes utilizados pela professora como recursos metodológicos da aula. Em algumas atividades, a professora ia acompanhando o aluno durante a atividade, dialogando e observando como o educando as realizava, outras vezes era eu na condição de pesquisadora que mediava seus aprendizados:

³ Nome fictício.

[...] o educador é aquele orientado prospectivamente, atento a criança, as suas dificuldades e sobretudo, às suas potencialidades, que se configuram na relação entre a plasticidade humana e as ações do grupo social. É aquele que é capaz de analisar e explorar recursos especiais e de promover caminhos alternativos; que considera o educando como participante de outros espaços do cotidiano, além do escolar, que lhe apresenta desafios na direção de novos objetivos, que considera integralmente, sem centrar no “não”, na deficiência. (GÓES, 2002, p. 107)

Os materiais concretos usados nas atividades como, por exemplo, o material dourado nas atividades de matemática para a resolução de contas e o jogo da memória, possibilitavam ao aluno conseguir manipular o material e compreender o que estava sendo discutido, colaborando gradativamente para a construção de todo seu processo simbólico.

Para Padilha “[...] o jogo é uma esfera do simbólico, é uma das manifestações culturais” (2000, p. 211). A autora enfatiza o jogo como importante na constituição do sujeito simbólico, pois apresenta uma série de critérios que devem ser seguidos, caso contrário não pode acontecer. Ou seja, implica na interação com o outro e com o objeto, além de promover aprendizagens significativas em torno dos conceitos que são ensinados. “Para jogar é preciso seguir regras, compartilhar objetos, fazer das mãos instrumento cultural dirigido a certos fins”. (PADILHA, 2000, p. 211)

Assim, para que a criança se desenvolva culturalmente é necessário o uso da palavra, possibilitando a interação, o aprendizado e a significação do mundo. A palavra é primordial para a formação do pensamento. Ela é para Vigotski (1998), o signo por excelência.

Compreendendo Clara no seu processo de constituição educacional

Clara⁴ era uma adolescente de 15 anos de idade e cursava o 5º ano matutino. Seu diagnóstico trazia a deficiência intelectual como motivo de sua estadia na sala de recurso. Clara nasceu com essa deficiência.

No atendimento à Clara na sala de recursos multifuncionais, as atividades eram baseadas em jogos didáticos, atividades xerocadas e atividades no caderno. Foi percebido durante as observações, que Clara sempre se preocupava em saber se estava realizando as atividades corretamente. Nas atividades realizadas na lousa, quando a aluna tinha alguma dificuldade para escrever um número ou uma letra, a professora pedia à aluna para olhar no quadro de números e alfabeto que tinha na sala, o recurso visual a ajudava se orientar na escrita. “Quando a professora soletra as palavras e mostra as letras do alfabeto, ela está destacando, apontando e nomeando elementos do conhecimento para a criança, e indicando uma forma de organização deste conhecimento [...]”. (SMOLKA, 1989, p. 43)

Clara sempre pedia para alguém ficar ao lado dela durante as atividades para ajudá-la e mediar suas atividades e sua compreensão de mundo. Conforme, Góes (2002) é por meio da experiência, na relação com o outro que acontece a compensação sociopsicológica e o desenvolvimento do sujeito, evidenciando o quanto a mediação é importante para os processos de aprendizagem.

A mediação, o auxílio do outro proporciona trocas de experiências e saberes entre professor e aluno, numa construção de conhecimento que se dá na relação de ensino. Deste modo, Padilha (2000, p. 214) afirma que o “[...] papel do outro é como mediador do uso dos instrumentos culturais em atividades com sentido”. A autora acrescenta que para acontecer a plasticidade cerebral o papel do outro é de suma importância.

⁴ Nome fictício.

As leituras realizadas na sala de recursos, eram baseadas em leitura de palavras que os exercícios traziam. Não houve leitura de histórias escolhidas pela aluna e nem momento de elaboração de texto individual o que proporcionaria uma interação a mais na aprendizagem da escrita. “Quando a criança fala ou escreve, é ela quem aponta para a professora o seu modo de perceber e relacionar o mundo [...].” (SMOLKA, 1989, p. 43)

Assim, observamos que a escrita enquanto produção de sentidos dentro de um contexto de significados não foi realizada nas atividades com Clara, o que traria para seu aprendizado a dimensão discursiva da linguagem discutida nesse trabalho. Porém, as relações de ensino vivenciadas com Clara mostraram a importância da relação com o outro no processo de ensino-aprendizagem como forma de mediação dos signos, instrumentos da cultura e a comunicação como relevantes neste processo e na organização do conhecimento.

Algumas considerações finais...

Os estudos na perspectiva histórico-cultural nos possibilitam um aprofundamento teórico em relação ao ato de ensinar e à atividade educativa. Essa perspectiva ajuda na compreensão acerca do desenvolvimento humano e estabelece relações com nossa prática em sala de aula. Postula que o aluno necessita aprender e nós (professores) precisamos mediar e ensinar, na medida em que nas relações de ensino professor e aluno se afetam reciprocamente. Sendo assim, é desafio para as escolas e para os professores que repensem a escola e repensem seus alunos no que diz respeito às suas aprendizagens e suas diferenças.

Referências

BRASIL. *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva*. Ministério da Educação, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/politica.pdf>>. Acesso em: 08/07/2018.

EZPELETA, J.; ROCKWELL, E. *Pesquisa Participante*. São Paulo: Cortez, 1989.

FERREIRA, Maria Cecília Carareto.; FERREIRA, Julio Romero. Sobre inclusão, políticas públicas e práticas pedagógicas. In: GÓES, M. C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Org.). *Políticas e práticas de educação inclusiva*. 2. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

GÓES, Maria Cecília Rafael de. Relações entre Desenvolvimento Humano, Deficiência e Educação: Contribuições da Abordagem Histórico-Cultural. In: OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. T.; REGO, T. C. *Psicologia, Educação e as Temáticas da Vida Contemporânea*. São Paulo: Moderna, 2002.

PADILHA, Anna Maria Lunardi. Práticas Educativas: Perspectivas que se abrem para a educação Especial. *Educação e Sociedade*, ano XX, n. 71, julho/00.

SMOLKA, A. L. B. *A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1989.

VIGOTSKI, L. S. A defectologia e o estudo do desenvolvimento e da educação da criança anormal. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 37, n. 4. p. 861-870, dez. 2011.

- _____. *Pensamento e da Linguagem*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- _____. Manuscrito de 1929. *Educação e Sociedade*, ano XXI, n. 71, p. 21-44, jul. 2000.
- _____. *A formação social da mente*. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.